



# URBANISMO

# ASSENTAMENTOS HUMANOS PRECÁRIOS ÀS MARGENS DA LAGOA MUNDAÚ, EM MACEIÓ, ALAGOAS: DA SITUAÇÃO ÀS (RE)AÇÕES DO PODER PÚBLICO NO PERÍODO DE 1988 A 2010

**TAINÁ SILVA MELO**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (PPGAU/UFAL), Professora Efetiva do Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici (IFAL).  
E-mail: tainamelo.ifal@gmail.com

Posteriormente à implantação da Avenida Senador Rui Palmeira (Dique Estrada), em meados da década de 1980, a estreita faixa de terra entre essa via e a Lagoa Mundaú passou a abrigar assentamentos humanos precários, atraídos pela proximidade a fontes de trabalho e renda. As favelas do Dique-Estrada são os exemplos mais conhecidos dessas ocupações. Entre 1988 e 2010, quatro ações do poder público buscaram a remoção dessas favelas. Este trabalho tem como objetivo descrever essas ações e discutir a localização dos mais pobres na cidade de Maceió. Trata-se de um recorte da dissertação da autora (MELO, 2010) e, apesar de ter se passado quase uma década desde a conclusão desses estudos, os assentamentos humanos precários às margens da Lagoa Mundaú ainda são uma triste realidade no espaço urbano maceioense.

**Palavras-chave:** Assentamentos humanos precários. Lagoa Mundaú, Maceió - AL. Políticas públicas de habitação.

## INTRODUÇÃO

Posteriormente à implantação da Avenida Senador Rui Palmeira (Dique Estrada), em meados da década de 1980, a estreita faixa de terra entre essa via e a Lagoa Mundaú passou a abrigar assentamentos humanos precários, atraídos pela proximidade a fontes de trabalho e renda, como a própria lagoa e o Mercado da Produção, no bairro da Levada. Os assentamentos mais representativos dessas áreas da cidade são as favelas do Dique-Estrada. Ao longo das últimas décadas, existiram diversas ações que objetivaram a remoção dessas ocu-

pações. Este trabalho descreve essas ações e discute a localização da população mais pobre na cidade de Maceió, capital de Alagoas.

Trata-se aqui de um recorte da dissertação da autora, apresentada em abril de 2010, para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo, com área de concentração em Dinâmicas do Espaço Habitado, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (MELO, 2010).

O presente artigo encontra-se estruturado em quatro sessões: i) a primeira apresenta as principais localizações das moradias dos mais pobres na cidade de Maceió; ii) a segunda sessão descreve as condições de vida da população das favelas do Dique-Estrada; iii) em seguida, são apresentadas as ações do poder público para a população moradora das favelas do Dique-Estrada, no período de 1988 a 2010; e iv) por fim, são apontadas algumas considerações sobre o que foi discutido nesse artigo.

## A LOCALIZAÇÃO DOS MAIS POBRES NA CIDADE DE MACEIÓ-AL

O resultado de uma pesquisa socioeconômica realizada em 2001, para a elaboração do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PPM/BID, 2001), demonstrou que naquele ano, 46% da população maceioense residia em assentamentos precários, sendo constatada a existência de 135 assentamentos precários em Maceió. A localização territorial desses assentamentos, da mesma forma em que ocorre nas demais cidades brasileiras, dá-se nos terrenos “desprezados” pelo mercado formal de terras, que correspondem principalmente às áreas ambientalmente frágeis da cidade, quais sejam: as grotas e encostas e as margens da Lagoa Mundaú (Figura 1).

As grotas e encostas são elementos marcantes das características geomorfológicas de Maceió, resultantes das particularidades do relevo dessa cidade, o qual é formado por duas tipologias principais: i) a planície litorânea-lagunar – com altitudes de até 10 m, e ii) o tabuleiro – com altitude de 40 a 80 metros (COSTA; RAMOS, 2004, p. 2). As encostas são formadas na junção da planície com o tabuleiro e as grotas correspondem a diversos vales (inseridos no tabuleiro) dos cursos d’água que correm em direção ao Oceano ou à Lagoa Mundaú.

Às margens da Lagoa Mundaú, por sua vez, localizam-se dez dos cinquenta bairros de Maceió: Rio Novo, Fernão Velho, Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Levada, Vergel do Lago, Ponta Grossa, Trapiche da Barra e Pontal da Barra, (Figura 1) e em quase todos eles, próximo, ou mesmo sobre as águas da Lagoa, é possível encontrar ocupações humanas, tanto assentamentos precários quanto estabelecimentos de comércio e lazer.

Os impactos ambientais das ocupações de áreas ambientalmente frágeis podem resultar, infelizmente, em sérios desastres socioespaciais (por exemplo, queda de barreiras com perda de vidas humanas), especialmente em períodos chuvosos. Um estudo publicado em 2005 apontou o número de áreas de risco de escorregamento e de enchentes ou inundações pelo bairro de Maceió (OLIVEIRA, 2005).

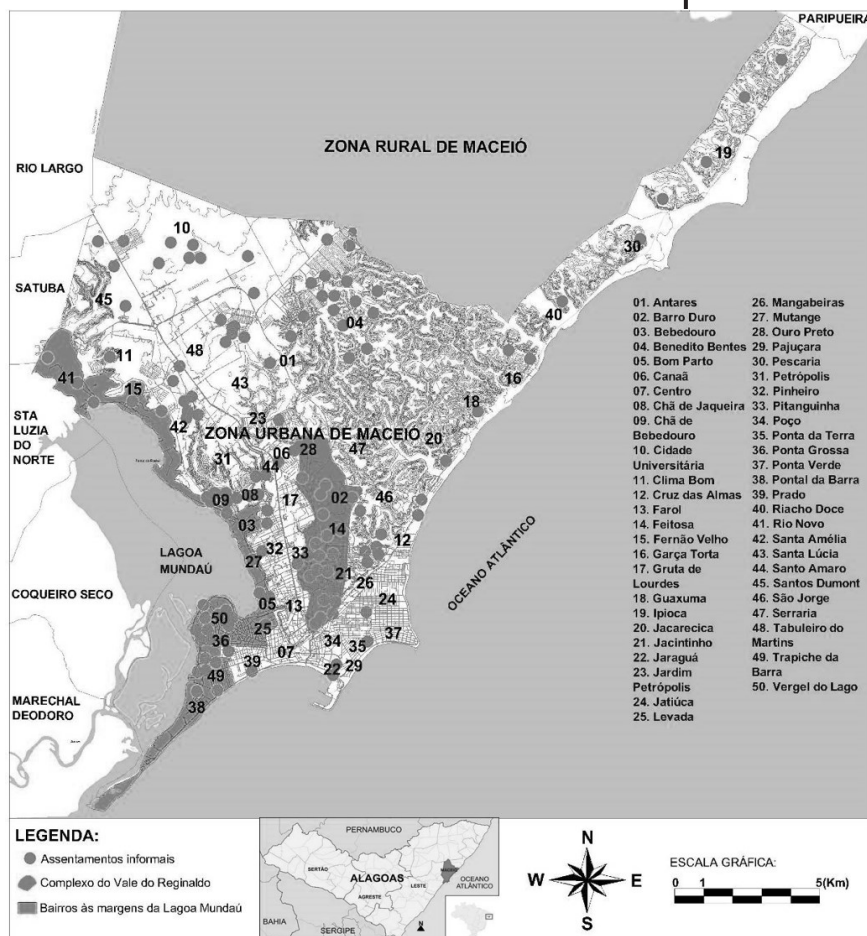
De acordo com esse estudo, é possível encontrar, em Maceió, 55 áreas de risco de escorregamento de barreiras e 36 áreas de risco de inundações. Os bairros de Jacintinho e Feitosa apresentam a maior concentração de áreas de risco de escorregamento – 12 áreas ao todo. E os bairros da margem da Lagoa Mundaú apresentam a maior concentração de áreas de enchente e inundação – 24 áreas ao todo, especialmente Bom Parto e Bebedouro (com sete áreas cada), em seguida, Trapiche e Vergel (com três áreas cada), e por fim, Fernão Velho, Ponta Grossa, Pontal da Barra e Levada (com uma área cada).

Assim, as localizações das moradias dos mais pobres em Maceió representam situações de vulnerabilidade quer seja pela ilegalidade/informalidade das ocupações, quer seja pelos riscos à saúde e à vida de seus habitantes.

## AS OCUPAÇÕES HUMANAS ÀS MARGENS DA LAGOA MUNDAÚ: O COMPLEXO DE FAVELAS DO DIQUE ESTRADA

A Lagoa Mundaú tem cerca de 27 km<sup>2</sup> de área, integra o baixo curso da bacia hidrográfica do Rio Mundaú e compõe o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), localizado no litoral médio de Alagoas.

Na zona urbana de Maceió, o contorno original da Lagoa Mundaú foi alterado, por meio de aterros, para se adequar às necessidades urbanas. Os aterros realizados entre o final da década de 1970 e o final da década de 1980,



ampliaram os terrenos disponíveis para ocupação de modo a permitir a construção de conjuntos habitacionais e de vias de transportes e reduzir a área atingida por inundações periódicas.

Atualmente, as áreas às margens da Lagoa Mundaú estão localizadas em dez bairros, conforme dito anteriormente. Em seis dos dez bairros existem ocupações humanas precárias nessas áreas: Bebedouro, Bom Parto, Levada, Vergel do Lago, Ponta Grossa e Trapiche da Barra. Nesses três últimos se localiza o complexo de favelas do Dique-Estrada.

O complexo de “favelas do Dique Estrada” é constituído pelas favelas conhecidas como Muvuca, Torre, Mundaú e Sururu de Capote, localizadas na faixa de terra entre a Avenida Senador Rui Palmeira, mais conhecida como Dique Estrada, e a lagoa Mundaú (Figura 2).

Um diagnóstico, divulgado em abril de 2009 sobre as condições de vida dos menores habitantes da orla lagunar, demonstrou que a população total habitante de três destas favelas (com exceção da Favela da Torre) era formada por 2.466 pessoas, distribuídas em 635 domi-

**Figura 1:** Localização dos Assentamentos Informais na Cidade de Maceió em 2001.

**Fonte:** Base Cartográfica PMM; PEMAS, 2001. Adaptado pela autora.

Figura 2: Localização das Favelas do Dique-Estrada, Maceió, AL. Fonte: Base Cartográfica PMM, adaptado pela autora.



cílios (ALBUQUERQUE; 2009, p.9). Segundo Rodrigues (2008), o número total de famílias das quatro favelas era igual a 1.531. Grande parte dessas famílias havia se instalado na área no final da década de 1980.

As condições de vida da população das favelas do Dique Estrada estavam bastante insalubres, quando o estudo foi realizado, na medida em que a maioria absoluta dos moradores convivia com o esgoto a céu aberto nos espaços de circulação entre os barracos, correndo o risco de ser contaminada por diversas doenças. Para o destino do lixo, havia alguns depósitos (como lixeiras e caçambas) do sistema público de coleta posicionados nos canteiros da Avenida Senador Rui Palmeira, mas alguns moradores também despejavam seus resíduos sólidos na Lagoa Mundaú.

A situação de renda da população da orla lagunar, quando foi realizado o diagnóstico (2009), apresentou-se bastante incipiente, apenas 5% dos responsáveis estavam empregados com carteira assinada. A principal fonte de renda era a pesca artesanal e a venda do marisco conhecido como sururu. Outras fontes de renda consistiam nos programas assistenciais do Governo Federal como o Programa Bolsa Família, que atendia a 43,8% das famílias e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que atendia apenas três famílias moradoras das favelas da orla lagunar (ALBUQUERQUE, 2009).

Desse modo, a situação de precariedade de vida dessa população era marcada tanto pela falta de infraestrutura e serviços urbanos, quanto pela falta de oportunidades de melhoria das condições de renda. Além disso, as famílias estavam expostas a situações de violência social: tráfico de drogas e prostituição infantil.

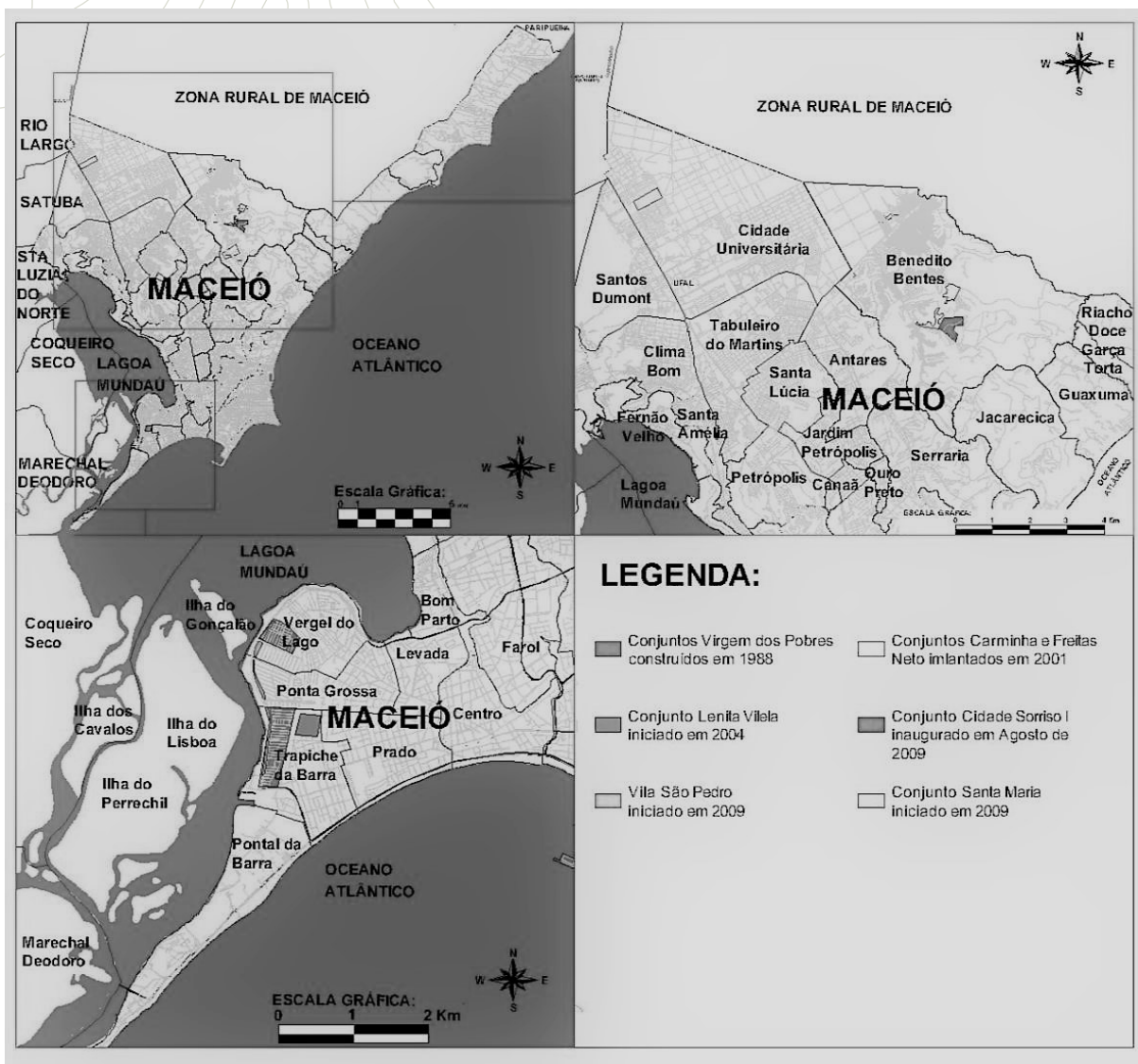
Por sua vez, a relação dos assentamentos com a lagoa ocorria ao mesmo tempo em formas de dependência e degradação. A dependência decorria do fato de a lagoa ser o depósito de uma das principais fontes de renda da população – a pesca do sururu – enquanto a degradação decorria da deficiência dos sistemas de saneamento básico.

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS OCUPAÇÕES ÀS MARGENS DA LAGOA MUNDAÚ, NO PERÍODO DE 1988 A 2010

As principais ações do poder público com relação às favelas do Dique Estrada foram sobretudo tentativas de remoções. No período de que trata esse trabalho, 1988 a 2010, foram realizadas quatro mobilizações que resultaram em novos conjuntos habitacionais.

A primeira mobilização do poder público foi motivada por grandes enchentes e quedas de barreiras causadas por fortes chuvas que assolaram o estado de Alagoas em meados de 1980, que deixaram diversas famílias da capital desabrigadas. Diante dessas circunstâncias, o então Governador do Estado – Fernando Collor de Mello – elaborou um projeto de construção de dois conjuntos residenciais “de caráter emergencial”, em duas grandes áreas planas da planície lagunar: **os conjuntos Virgem dos Pobres I** (no bairro de Vergel do Lago) e **II** (no bairro de Trapiche da Barra), somando um total de 2.300 casas (Figura 3). Esses conjuntos foram construídos através do programa PROMORAR, no mesmo ano, em regime de mutirão, no qual o governo cederia o material e o terreno e os próprios moradores seriam a mão de obra (ANDRÉ; LOPES, 1999, p.27. BRANCO, 2006, p.54).

No entanto, as unidades habitacionais desses conjuntos não obedeceram aos mínimos padrões urbanísticos e, tendo em vista a rapidez com que foi executado (seis semanas), não possuía nenhum sistema de infraestrutura básica, especialmente de esgotamento sanitário. Além disso, os conjuntos não receberam



**Figura 3:** Conjuntos Implantados para remoção das Favelas do Dique-Estrada.

**Fonte:** Base Cartográfica PMM, modificado pela autora.

a aprovação da Prefeitura Municipal, nem foram registrados em Cartório, apesar de terem sido implementados pelo próprio poder público.

Paralelamente à construção desses conjuntos, estava previsto um projeto paisagístico para as áreas às margens da Lagoa Mundaú, que, por sua vez, seriam consideradas as áreas verdes do conjunto (ANDRÉ; LOPES, 1999, p.32). Porém, esses projetos não foram executados, de modo que, após a implantação dos conjuntos, muitas das famílias retornaram às margens da lagoa e outras mais se juntaram a elas.

A segunda mobilização do poder público para a remoção das favelas do Dique Estrada partiu da Prefeitura Municipal de Maceió, cerca de dez anos depois da primeira, em 1998. Desta vez, foi elaborada uma proposta de transfe-

rência dos moradores desses assentamentos para um loteamento que seria implantado no bairro Benedito Bentes, distante cerca de 20 km dos locais de emprego e renda da população habitante às margens da Lagoa Mundaú. De acordo com André e Lopes (1999, p.104), a proposta da prefeitura era ceder lotes de dimensões 8,0 x 20,0 m para 1.700 famílias, com os sistemas de infraestrutura urbana (abastecimento de água, energia elétrica e transporte) pré-instalados, cabendo às famílias a construção das habitações. Todavia, essa mobilização não chegou a ser efetuada.

Em agosto de 2000, entretanto, ocorreram novas enchentes nas áreas às margens da lagoa, quando as águas subiram mais de 1,5 m acima da linha d'água normal, deixando novamente muitas famílias desabrigadas. (VASCONCELOS, 2006, p.40). Dessa vez, a população desalojada foi transferida para uma creche no Vale

do Reginaldo, área central da cidade, cerca de 7 km distante dali. No ano seguinte (2001), foram implantados os conjuntos **Carminha e Freitas Neto**, no bairro Benedito Bentes (Figura 3) para abrigar essas e mais algumas famílias provenientes de outros assentamentos (como a Vila de Pescadores do Jaraguá).

No início de 2003, foi publicada uma reportagem na Gazeta de Alagoas sobre os conflitos relativos ao Conjunto Freitas Neto demonstrando que, segundo os próprios moradores, os sistemas de transporte e coleta de lixo não satisfaziam às necessidades da população. As queixas dos moradores também decorriam da falta de equipamentos públicos de segurança, saúde e educação, além das dificuldades de emprego e renda, tendo em vista a distância dos centros de trabalho (EXCLUSÃO, 2003).

Até o final de 2004, haviam sido transferidas para esses conjuntos cerca de 300 famílias somente das favelas do Dique Estrada (CEM, 2004). De acordo com dados da Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS, 2009), os conjuntos Freitas Neto e Carminha foram finalizados em 2004, sendo o primeiro com um total de 741 unidades habitacionais e o segundo com 1.003 unidades. Ambos foram aprovados pelo órgão municipal responsável pelo controle urbano, a então Superintendência Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU)<sup>1</sup>. Diante das dificuldades apontadas, muitas famílias retornaram aos locais de moradia anteriores.

Paralelamente à implantação dos conjuntos Carminha e Freitas Neto, entre os anos 2000 e 2006, ocorreu um processo de implementação do "Projeto de Requalificação da Orla do Dique Estrada", elaborado através da parceria dos governos estadual e municipal. O objetivo principal desse projeto era transformar a orla lagunar em um novo ponto de turismo e lazer para a cidade de Maceió. Nesse sentido, o plano de atividades abrangia a construção de um complexo turístico com lojas e restaurantes, de um terminal hidroviário e de um museu natural integrado a uma área de pesquisa científica (BRANCO, 2006, p.62; PERIFERIA, 2003).

Para atingir esse objetivo, uma das propostas desse projeto consistiu na transferência das cerca de 1.600 famílias que ocupavam as áreas

às margens da Lagoa Mundaú (terceira mobilização). Dessas famílias, 350 (que segundo os responsáveis pelo projeto, eram aquelas que dependiam diretamente da pesca) seriam relocadas para o **Conjunto Lenita Vilela**, localizado no bairro do Trapiche da Barra. (Figura 3). De acordo com uma reportagem da Gazeta de Alagoas (PERIFERIA, 2003), as demais famílias seriam transferidas para um terreno localizado na parte alta da cidade, cedido pela Prefeitura Municipal, e receberiam um "kit habitação" - ou seja, o material necessário para a construção das casas, do governo do Estado. As habitações seriam edificadas em regime de mutirão.

Em setembro de 2003, 37 famílias foram removidas da favela do Dique Estrada, das quais: dez dependiam diretamente da pesca e foram encaminhadas para casas de aluguel pago pela prefeitura, localizadas no bairro do Trapiche da Barra, até que o Conjunto Lenita Vilela estivesse concluído; 16 receberiam indenizações pelas habitações em que moravam (com valores que variavam entre R\$500,00 e R\$1.500,00); e 11 foram removidas para casa de familiares (ALMEIDA, 2003).

O projeto de urbanização da orla do Dique Estrada não foi concluído de fato, sendo apenas implementada uma parte do projeto original: foram construídas edificações padronizadas para o material de trabalho dos pescadores; uma capela; além da melhoria das calçadas, ciclovia e canteiros.

Quanto ao Conjunto Lenita Vilela, conforme afirmam Lopes e Junqueira (2005, p.62), sua construção foi iniciada em 2004 e "foram construídas 350 casas embrião (quarto, sala, cozinha e banheiro) e respectiva infraestrutura. As obras encontram-se inacabadas e já com problemas graves de drenagem, em função da cota das ruas ser superior às das soleiras das casas". De fato, mais de 1.000 famílias permaneceram habitando as áreas do Dique Estrada às margens da Lagoa Mundaú.

Em 2009, foi realizada a última mobilização (quarta) de transferência da população das favelas do Dique Estrada do período definido por este estudo (1988-2010), a qual fez parte de uma das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na cidade de Maceió – Urbanização Integrada da Orla Lagunar. Para

<sup>1</sup> Atualmente faz parte da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

este processo foram construídos dois conjuntos habitacionais: **Vila São Pedro** (nas áreas vazias dos bairros Vergel do Lago, Trapiche da Barra e Ponta Grossa) e **Conjunto Santa Maria** (no terreno onde se localizava a Cidade de Lona, no bairro Cidade Universitária). (Figura 3). Esses dois conjuntos são empreendidos pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA).

De acordo com esse projeto, 1.181 das 1.531 famílias seriam removidas para estes conjuntos: 360 cadastradas como famílias de pescadores e marisqueiros – e, por isso, permaneceriam nos bairros próximos à ocupação original (Conjunto Vila São Pedro); e 821 famílias iriam para o Conjunto Santa Maria (a mais de 20 km de distância da ocupação original).

Quanto às demais famílias, em junho de 2009, cerca de 200 foram “contempladas” com habitações no **Conjunto Cidade Sorriso I**, que se localiza no bairro Benedito Bentes, e foi implementado pela Prefeitura Municipal através do Programa de Subsídio à Habitação (PSH), porém o objetivo era transferir todas as demais 450 famílias para esse conjunto, de modo a extinguir todas as habitações existentes nas favelas do Dique Estrada (ALAGOAS, 2008; PENHA, 2009; PENHA, 2009; PREFEITURA, 2009).

Tendo em vista as experiências anteriores de transferência de população para locais distantes das moradias originais e/ou, pior ainda, distante das oportunidades de emprego e renda, é quase certo que muitas das famílias “passarão a casa”. Esse processo de venda ou troca da residência recebida “de graça” do governo é muito criticado pela maior parte da população. Porém não adianta determinar a essas pessoas um lugar onde morar, sem dar condições para que elas consigam manter a moradia. A falta de políticas complementares à cessão da moradia, como por exemplo, políticas de geração de emprego e renda e/ou de redução (ou isenção) de taxas como IPTU, contas de água, luz, etc., pode levar muitas das famílias a voltar à situação de informalidade. Em agosto de 2009, apenas três meses após a inauguração do Conjunto Cidade Sorriso I, já havia em torno de 15 denúncias de negociação das residências recebidas (RODRIGUES; TENÓRIO, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo discutir

Nesse sentido, a questão da integração social dos favelados não pode ser pensada fora do quadro de referência das perspectivas do modelo de desenvolvimento econômico, da estruturação do mercado de trabalho e do padrão de redistribuição de renda, sendo menos importantes as possibilidades de impactos positivos das melhorias habitacionais para a redução da pobreza e da integração social (CARDOSO, 2007, p.11).

a localização da moradia dos mais pobres na cidade de Maceió, a partir do caso das favelas do Dique Estrada, descrevendo a situação de vida de seus moradores, assim como as ações do poder público para essas favelas.

A análise das condições de vida do complexo de favelas do Dique Estrada explicitou a “desordem” socioambiental das formas de organização territorial dos mais pobres na cidade de Maceió e, mais amplamente, nos espaços urbanos brasileiros. Essa “desordem” é representada por três aspectos da vida dos moradores de área ambientalmente frágeis: insalubridade, vulnerabilidade social e situação de risco.

Dado que a ocupação de áreas ambientalmente frágeis representa uma das poucas alternativas de moradia para a população de baixa renda nas cidades brasileiras, a questão ambiental urbana brasileira - a precariedade de vida de grande parte da população - não pode ser dissociada da questão da moradia - a dificuldade de acesso dos mais pobres aos benefícios da cidade. O estudo de caso aqui demonstrado pode contribuir para a construção de um quadro mais completo da questão urbano-ambiental do país e das ações do poder público para essas situações.

As (re)ações do poder público para a população das favelas do Dique Estrada não representaram de fato uma busca por melhoria das condições de vida daquela população, pois necessitariam de políticas complementares como, por exemplo, de geração de emprego e renda, de redução ou isenção de taxas de serviço público (água, luz, IPTU), e sim uma tentativa de resolver superficialmente apenas a questão da situação de risco (ou para tornar a pobreza menos visível aos olhos da população em geral). Em muitos casos, sem condição de se manter no novo local de moradia, a população retorna à situação de vida anterior.

Passados quase dez anos após a conclusão desses estudos, os assentamentos precários na faixa de terra entre a Lagoa Mundaú e a Avenida Senador Rui Palmeira são visualmente maiores do que nos anos relatados aqui. Mais uma vez, o poder público municipal apresenta em 2017, um “novo” projeto de reassentamento da população dessa área, denominado “Projeto Maceió de Frente para a Lagoa”, o qual prever o deslocamento de 1.776 famílias (245 famílias a mais do que há dez anos) para um novo conjunto residencial denominado “Vilas do Mundaú”, que será construído em uma área próxima ao local, semelhantemente ao Vila São Pedro (MUNICÍPIO, 2019).

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS, DIÁRIO OFICIAL. **Governo do Estado vai reurbanizar orla lagunar com recursos do PAC**. Maceió, 01 jul. 2008. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br>. Acesso em: maio 2009.

ALBUQUERQUE, Maria de Fátima Machado. (Org). **Diagnóstico das condições de vida e risco social dos menores residentes na orla lagunar de Maceió**: Relatório da Pesquisa de campo realizada no período compreendido entre novembro de 2008 e abril de 2009. 47 folhas Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2009.

ALMEIDA, Fátima. Prefeitura inicia retirada de famílias do Dique Estrada. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 25 set. 2003. Cidades. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com>. Acesso em: out. 2009.

ANDRÉ, Ricardo; LOPES, Edson. **Análise do Processo de Transferência das Favelas do Dique Estrada, Proposta pela Prefeitura de Maceió**. 1999. 175 folhas. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.

BRANCO, Noeme Amaral Franco Lima Castello. **O Dique Estrada em pleno século XX: Poesia e miséria**. 2006. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando o desafio. *In*: XII ENCONTRO DA AS-

SOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 2007, Belém. **Anais [...]**. Belém: ANPUR, 2007.

CEM famílias vão para o Carminha e o Freitas Neto. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 16 dez. 2004. Cidades. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com.br>. Acesso em: out. 2009.

COSTA, J. de A; RAMOS, V. A. O Espaço Urbano de Maceió: ambiente físico e organização socioeconômica. *In*: ARAUJO, Lindemberg Medeiros de. (org.) **Geografia: espaço tempo e planejamento**. Maceió: EDUFAL, 2004. p. 191-205.

EXCLUSÃO: drama no Conjunto Freitas Neto. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 12 jan. 2009. Cidades. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com>. Acesso em: out. 2009.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS). **Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais** – Programa Habitar Brasil BID – Subprograma de Desenvolvimento Institucional dos Municípios. Maceió, 2001. 80 p.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS). **Programa de regularização fundiária do conjunto residencial Joaquim Leão – Vergel do Lago, Maceió-AL**. metodologia finalíssima 2.doc. 56 p. Maceió, mar. 2006. Arquivo (1.294 kb); Microsoft Word.

MARQUES, R. C. C. ; NORMANDE, E. ; LEMOS, R. P. L. ; RODRIGUES, M. N. . **Mapa Ambiental do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú Manguaba**. 1999.

MELO, Tainá Silva. **A localização dos pobres nas cidades brasileiras: um estudo sobre a situação dos assentamentos humanos às margens da Lagoa Mundaú em Maceió, Alagoas**. 2010. 196 folhas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2010.

MUNICÍPIO vai tirar 1776 famílias das margens da lagoa; conheça projeto Vilas do Mundaú. **TNH1**, Maceió, 26 jan. 2019. Disponível em: <http://www.tnh1.com.br>. Acesso em: jun. 2019.



OLIVEIRA, José Clênio Ferreira de. **Biometeorologia**: Estudo de casos em Maceió, Alagoas. Maceió: Fundação Manuel Lisboa, 2005.

PENHA, Ricardo. Prefeito entrega 1.480 casas populares no Benedito Bentes. **Portal da Cidade de Maceió**, Maceió, 20 maio 2009. Notícias. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br>. Acesso em: maio 2009.

\_\_\_\_\_. Prefeitura transfere mais 120 famílias para o Cidade Sorriso. **Portal da Cidade de Maceió**, Maceió, 30 jun. 2009. Notícias. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br>. Acesso em: jul. 2009.

PERIFERIA receberá investimentos de R\$ 10 milhões. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 07 ago. 2003. Cidades. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com>. Acesso em: out. 2009.

PREFEITURA inaugura Conjunto Cidade Sorriso. **Gazetaweb.com**, Maceió, 19 maio 2009. Últimas notícias. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com>. Acesso em: maio 2009.

RODRIGUES, Elaine; TENÓRIO, Sidney. Secretário entrega apartamentos na orla e anuncia punições a quem negociar moradias. **Tudo na Hora**, Maceió, 18 ago. 2009. Disponível em: <http://www.tudonahora.com.br>. Acesso em: ago. 2009.

VASCONCELOS, Nilson de Albuquerque. **Proposta de construção de abrigos provisórios para as vítimas de desastres na cidade de Maceió-AL**. 2006. 86 folhas. Monografia (Pós-Graduação *lato sensu* em Planejamento e Gestão de Defesa Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

**Submetido em:** 28/04/2019.

**Aprovado em:** 21/05/2019.